

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREM
(INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE) BIÊNIO
2025/2026.**

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano de 2025, às 14:00h, na sede do Instituto de Previdência de Pouso Alegre/MG, situado na Praça João Pinheiro, no 229 - Centro, reuniram-se ordinariamente os Conselheiros Fiscais Efetivos: Eugênio Mozart Silva Filho e Fabiano do Carmo Pereira Júnior, representantes de Executivo; Wallison Noronha da Silva, representante da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Rosângela Eunice Tenório Poliandri, representante dos Inativos; e Alessandro Henrique Pereira Moreira, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, para a realização da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto da Previdência Municipal de Pouso Alegre, biênio 2025-2026. Dando início a reunião, o Presidente Eugênio saudou a todos e apresentou a pauta a ser discutida na reunião com os seguintes assuntos: **I-** Análise dos Balancetes Mensais mês 12/2024 nos termos da inciso IV do art. 68 da Lei 4643/2007; **II-** Acompanhar os processos de benefícios concedidos em 01/2025, nos termos do inciso XIII do art. 68 da Lei 4643/2007; **III-** Análise da Carteira de Investimentos do IPREM ao final da competência dezembro de 2024, nos termos dos incisos XIV e XVII do art. 68 da Lei 4.643/2007; **IV-** Análise Ofício GB 014/2025 solicitando devolução de contribuições da servidora Eliane Cristina Ramos Gonçalves; e **V-** Análise parecer Jurídico 06/2025 acerca dos valores pagos a menor pelo Município dos juros e multa pelo atraso no pagamento das contribuições previdenciárias no prazo legal ref. setembro de 2024. Dando início a reunião, passou-se a análise do item I, com as seguintes informações contábeis: As receitas arrecadadas no mês de dezembro de 2024 somaram o montante de R\$ 12.643.012,33, sendo que as receitas do Comprev no mês somaram o montante de R\$1.511.148,65; O saldo bancário em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 497.111.074,36; As despesas com aposentadorias no mês de dezembro de 2024 somaram o montante de R\$ 9.363.482,06; As despesas com pensões no mês de dezembro de 2024 somaram o montante de R\$ 1.006.462,92; Não houve despesas com Comprev no mês. As despesas liquidadas totais no mês de dezembro de 2024 foram de R\$ 11.025.533,63. O Conselho Fiscal é de opinião unânime que os relatórios contábeis e financeiros apresentados estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IPREM em 31 de dezembro de 2024. Dando sequência a reunião, os Conselheiros verificaram o item II da Pauta, No mês de Janeiro de 2025, foram concedidos 10 benefícios de aposentadorias por tempo de contribuição; e 01 benefícios de aposentadoria por idade. O Conselho Fiscal analisou todos os processos apresentados. Após análise de referidos processos o conselho opinou em sua unanimidade pela aprovação dos benefícios do referido mês sem ressalvas.

Passou-se a item III da pauta. Em relação ao mês de dezembro de 2024, constatou-se que a carteira líquida esteve dentro dos limites de enquadramento da Política de Investimentos, de acordo com a Resolução CMN 4963/2021.



Por outro lado, constatou-se que 06 (seis) fundos ilíquidos não estão enquadrados na Resolução CMN e acima do previsto na PAI – Política Anual de Investimentos.

Os 06 (seis) fundos desenquadrados são: IMA-B 1000, Barcelona, Pyxis e CAM Trhone nos quais o instituto detém mais de 15% do patrimônio Líquido do fundo, em desacordo com o artigo 19 da Resolução 4.963, e os fundos FIDC Premium e Iluminatti, que detém mais de 5%, em desacordo com o parágrafo 1º do mesmo artigo.

Os fundos líquidos obtiveram **rentabilidade negativa de R\$ 523.2776,18, representando -1,17%**. Os fundos Ilíquidos tiveram **rentabilidade negativa de R\$ 260.360,09, representando -0,58%**.

Na carteira total o resultado foi de R\$ 5.493.136,27 equivalente a -1,11%, enquanto a meta atuarial para o período foi de 0,91% (IPCA + 4,81% a.a.).

No acumulado do ano até o final de dezembro, o IPREM obteve uma rentabilidade de 3,82% para os fundos líquidos, - 5,82 % para os fundos ilíquidos e 2,51% para a carteira Total, representando 25,43% da meta atuarial acumulada, de 9,87%.

No período de doze meses, a volatilidade da carteira líquida foi de 2,76% influenciada principalmente pelas Carteiras de Renda Variável Nacional e Internacional, com respectivamente 16,75% e 11,53%, Títulos Públicos com 1,68% e Fundos 100% Títulos Públicos com 1,21%.

Segmento	Percentual de Riscos
Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)	1,96%
Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)	1,21%
Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)	1,57%
Artigo 7º IV (Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira))	3,04%
Artigo 8º I (Fundos de Ações)	16,75%
Artigo 9º II (Fundos de Investimento no Exterior)	11,53%
Artigo 10º I (Fundos Multimercados)	7,03%
TOTAL DOS FUNDOS LIQUIDOS	2,76%


Os fundos têm sido monitorados em vários períodos temporais, para análise de aderência, rentabilidade e risco.

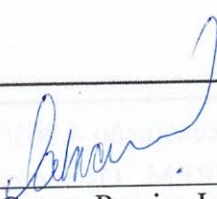
Passou-se ao item IV da pauta. Referente ao requerimento de restituição de contribuições previdenciárias requerido pela Servidora Eliane Cristina Ramos Gonçalves através do protocolo FAC 3482/2024, acompanhamos o parecer jurídico 05/2025 assinado pela Assessora Jurídica Priscila Pereira Floriano em restituir os

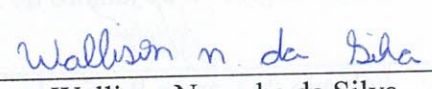


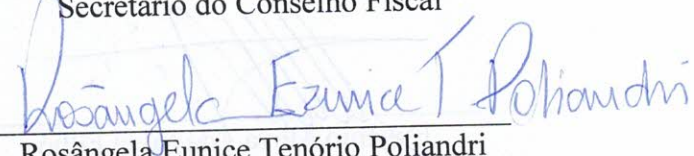
Handwritten signature and initials in blue ink.


conselheiros.


Eugênio Mozart da Silva Filho
Presidente do Conselho Fiscal


Fabiano do Carmo Pereira Jr
Secretário do Conselho Fiscal


Wallison Noronha da Silva
Conselheiro


Rosângela Eunice Tenório Poliandri
Conselheira


Alessandro Henrique Pereira Moreira
Conselheiro

PARECER MENSAL DO CONSELHO FISCAL

1-Recolhimentos Previdenciários

Os recolhimentos das contribuições previdenciários da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e do IPREM do mês de dezembro de 2024 foram repassados ao Instituto de forma correta, dentro do prazo legal.

Durante o mês de fevereiro de 2024 foi enviado e aprovado projeto de lei para alteração da alíquota patronal para 17,3%, conforme página 27 do DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2023 nos termos do item 8.3 da Avaliação Atuarial 2023. Mas não foi implementada a alíquota suplementar prevista nas páginas 24 e 25 do DRAA 2023, com implementação obrigatória até 31/12/2023, de modo que a aprovação do projeto de lei citado não corrigiu a irregularidade no todo, pois não houve a implementação obrigatória das alíquotas constantes do DRAA 2023. Já se encontra disponível o DRAA de 2024 que exige a alteração das alíquotas suplementares até 31/12/2024. Diante desse fato o Conselho fiscal aprova com ressalvas os recolhimentos previdenciários do mês de dezembro de 2024.

2- Aposentadorias e Pensões.

As concessões de aposentadorias e pensões do mês de dezembro de 2024 estão em ordem e de acordo com a legislação vigente.


3- Investimentos

Parecer: As alocações de investimentos efetuadas durante o mês de novembro de 2024 foram devidamente fundamentadas pelo Comitê de Investimentos. Houve aderência dos investimentos à Política Anual de Investimentos bem como aos limites estabelecidos

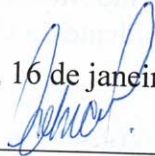


pela Resolução 4.963/2021, conforme relatórios emitidos pelo Comitê de Investimentos do IPREM. Os membros do Conselho Fiscal aprovam os investimentos do mês de novembro de 2024.


Pouso Alegre, 16 de janeiro de 2025.



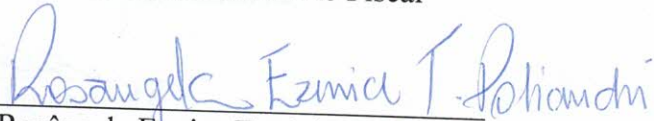
Eugênio Mozart da Silva Filho
Presidente do Conselho Fiscal



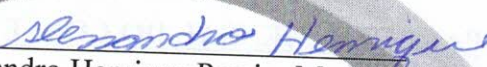
Fabiano do Carmo Pereira Jr
Secretário do Conselho Fiscal



Wallison Noronha da Silva
Conselheiro



Rosângela Eunice Tenório Poliandri
Conselheira



Alessandro Henrique Pereira Moreira
Conselheiro

